

Prorrogado prazo para emendas

Josemar Gonçalves



Ulysses, ao lado de Cabral (C) e Arinos (E), disse que o novo prazo facilitará a busca do consenso



Os diversos grupos que negociam dentro da Constituinte ainda não chegaram a um acordo sobre os temas polêmicos como o papel das Forças Armadas e sistema de governo. Por essa razão, o calendário da Comissão de Sistematização foi alterado, acrescentando 14 dias ao calendário inicial. Pelo novo calendário, o projeto de Constituição entrará em votação no dia 02 de outubro e não no dia 20, como previa o regimento interino.

As alterações no calendário foram anunciadas ontem, à tarde pelo presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães e aos líderes dos diversos partidos políticos. Durante o dia, Ulysses fez contato com as lideranças partidárias e recebeu carta branca para aumentar o prazo para recebimento de emendas ao anteprojeto do relator da Sistematização, Bernardo Cabral.

O novo calendário, é o seguinte: 05/09 — 24h00 — Encerramento do prazo para apresentação de emendas; 06 a 15/09 — Relator elabora novo substitutivo; 16 a 17/9 — Publicação e distribuição de avulsos; 18/9 a 02/10 — Votação na Comissão de Sistematização.

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, afirmou que com a dilatação dos prazos da Constituinte poderá se chegar ao entendimento em torno do sistema de governo — um dos pontos mais polêmicos —. Segundo ele, esse entendimento não é fácil, "pois tudo o que diz respeito a sistema de governo, em qualquer parte do mundo, é difícil o entendimento, mas não impossível".

O deputado Ulysses Guimarães informou que há dois textos sobre o sistema de Governo que estão sendo objetos da maioria das conversas e reuniões dos constituintes. Ele não quis informar quais são esses textos. Admitiu que a proposta do grupo centro democrático — liderado pelo deputado Expedito Machado — com o Presidente da República sendo o chefe do Estado e do Governo é uma das propostas em discussão na Constituinte.

Ulysses Guimarães disse que é testemunha do grande esforço do presidente José Sarney para evitar o confronto, pois sabe que ele trará, qualquer que seja o resultado, consequências que não serão boas para o País. Ulysses informou que o presidente Sarney está disposto a conversar, trocar idéias, como todos os constituintes que **querem o entendimento e não o confronto.**

Para o presidente da Constituinte, a idéia do **referendum popular** — plebiscito — para a promulgação da futura Constituição, precisa ser examinada, no curso dos trabalhos a ser decidida pelos constituintes, através do voto. Ele acha que a idéia de se fazer ou não é um assunto que precisa ser estudado, mas advertiu que se tiver de fazer o plebiscito que ele seja geral, envolvendo todos os temas constitucionais e não apenas o sistema de governo, como quer o governador carioca, Moreira Franco.

Esquerda faz negociações com relator

O bloco das esquerdas na Constituinte (PT, PDT, PSB, os dois Partidos Comunistas e o Movimento Unidade Progressista do PMDB) começou, ontem à noite, a discutir com o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), seis pontos polêmicos do anteprojeto de Constituição. Segundo o líder do PC do B, deputado Haroldo Lima, Cabral prometeu ao grupo que não irá definir sua posição em relação à reforma agrária, voto distrital, estabilidade no emprego, jornada de trabalho, concessão de canais de rádio e televisão e papel das Forças Armadas sem antes voltar a discutir os temas com as esquerdas.

Para o coordenador do Movimento Unidade Progressista (MUP), deputado Nelson Friedrich (PMDB-PR), a reunião com Bernardo Cabral foi importante porque estabeleceu um canal direto de comunicação do grupo com o relator como já estava ocorrendo com as demais correntes e partidos na Constituinte.

Propostas

Reforma Agrária: As esquerdas pretendem retirar do substitutivo o dispositivo que permite o pagamento das terras desapropriadas em dinheiro no lugar de títulos da dívida agrária.

Voto Distrital Misto: O único sistema eleitoral admitido pelas esquerdas é o voto proporcional. O distrital misto é considerado uma ameaça para a democracia e para os pequenos partidos uma vez que beneficiaria amplamente o poder econômico nas eleições.

Estabilidade e Jornada de Trabalho: No substitutivo do relator ficou definido que a jornada de trabalho diária não poderá ultrapassar a oito horas diárias, mas o grupo defende o limite de 40 horas semanais. As esquerdas lutam também pela inclusão no texto de dispositivo prevendo a estabilidade no emprego.

Comissão de Comunicação: De acordo com o grupo a Comissão de Comunicação composta para analisar as concessões de canais de rádio e televisão pelo executivo deverá ser tripartite incluindo aí a participação de setor da sociedade ao lado de representantes do Governo e do Congresso, estes dois últimos previstos no anteprojeto.

Papel das Forças Armadas: O grupo de esquerda fechou questão quanto à definição do papel dos militares estabelecido pelo substitutivo do relator. A corrente progressista vai defender na Comissão de Sistematização e no plenário a proposta de Bernardo Cabral que limita a atuação das Forças Armadas à defesa da pátria e subordina suas ações internas aos poderes constitucionais.

Além das propostas discutidas com o relator, o bloco das esquerdas vai tentar alterar o anteprojeto em mais 21 temas. São ao todo 27 temas que mereceram destaques do grupo nas emendas apresentadas até ontem. Destas destaca-se a proposta de ampliação da anistia aos marinheiros, soldados e praças atingidos por processos administrativos, mas com motivação política.

Cabral diz que só muda projeto onde houver consenso

O deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da Comissão de Sistematização, disse ontem que o sistema de Governo, o papel das Forças Armadas ou qualquer outro ponto polêmico do Projeto só serão modificados em seu segundo Substitutivo, se surgir uma nova proposta saída do consenso das lideranças partidárias na Constituinte. Sobre o Sistema de Governo ressaltou, no entanto, que se a proposta do Governo, apresentada através de seu líder, deputado Carlos Sant'Anna, insistir no presidencialismo puro ou na manutenção das chefias do Estado e do Governo nas mãos do Presidente da República, ela não será aceita, por ser incompatível com a tendência da maioria.

Segundo o relator há três textos sobre o sistema de Governo na pauta das negociações: a emenda Arinos, acatada em seu atual Substitutivo e próxima ao parlamentarismo puro, uma emenda conjunta a ser apresentada hoje por Sant'Anna e pelo deputado Prisco Vianna que tende mais para o presidencialismo e um texto negociado entre o grupo dos 32, liderado pelo senador José Richa e do Consenso, coordenado pelo deputado Euclides Scalco, que, no entanto, já anunciavam ontem

mesmo a apresentação de propostas separadas sobre o tema, por não terem conseguido um acordo.

Para a data de implantação do parlamentarismo no Brasil, Cabral defende que não se deve quebrar os poderes que o presidente Sarney tem, ou seja, o sistema só deveria ser implantado após o término de seu mandato, previsto no atual projeto para 15 de março de 1990. "Ao presidente Sarney deveria caber o papel de incrementador e implantador do parlamentarismo no País".

Para ele, a decantada tradição presidencialista no Brasil não passa de um jogo de palavras: "Se olharmos a história, veremos que desde 1924 o único Presidente Eleito por eleições diretas que começou e terminou o seu mandato foi Juscelino Kubitschek e ele mesmo teve inúmeras crises em seu Governo. Isto demonstra o quanto o sistema presidencialista está sujeito à instabilidade".

Na avaliação de Cabral, muito pouca coisa será modificada em seu segundo Substitutivo, já que as questões mais polêmicas só serão decididas mesmo no voto. Ele admite porém uma mudança no texto sobre a reforma agrária: "Não creio que esse texto se mantenha, já que tem tido muita polêmica em torno dele".



Scalco, líder do "Consenso"



Richa lidera o grupo dos 32

Grupos param as conversações

Por não conseguirem um acordo nas polêmicas questões da Reforma Agrária e do Tribunal Constitucional, o Grupo dos 32, liderado pelo senador José Richa, e o Grupo do Consenso, articulado pelo deputado Euclides Scalco, decidiram romper as discussões, jogando para a votação em plenário o desfecho final das matérias. Ficou acertado que cada grupo apresentará, separadamente, emendas ao substitutivo de Cabral nos pontos inegociáveis, como sistema de Governo, mandato do Presidente da República, voto distrital e papel das Forças Armadas.

A ruptura do diálogo entre os dois grupos suprapartidários ficou por conta da proposta do senador José Richa (PMDB-PR) em defesa da adoção do parlamentarismo clássico, sendo negociado nas disposições transitórias a gradualidade da implantação do novo sistema de Governo. "O início da implantação não pode deixar de ser em 89, quando um Presidente será eleito e durante 4 anos governará um período de transição para o parlamentarismo", frisou.

Alternativa

Mas o deputado Euclides Scalco (PMDB-PR) reagiu contrário à sugestão de Richa — já que seu grupo defende a implantação do

parlamentarismo logo após a promulgação da nova Constituição — chegando ao ponto de desabafar: "Ou implanta ou não se implanta". Mais tranqüilo, o parlamentar elaborou uma alternativa para uma nova tentativa de consenso entre os dois grupos, na qual o presidente Sarney terminaria o seu mandato em 15 de novembro de 88, quando seriam realizadas eleições diretas, com a implantação do regime parlamentarista com a posse do novo Presidente em 1º de janeiro de 89. Richa não perdeu tempo: "Deste jeito prefiro ficar com o presidencialismo". Para o senador o importante é que o chefe da transição política (Sarney) seja também o da transição de regime de Governo. Richa considera o sistema parlamentarista incompatível com eleições diretas para Presidente, "pois traria um conflito incontrolável com o primeiro-ministro".

José Richa considerou lamentável não se conseguir chegar a um entendimento sobre o sistema de Governo, "que seria a mudança mais visível para o povo brasileiro". Scalco ponderou que as verdadeiras transformações estruturais no poder de um país só saem de um movimento revolucionário ou de uma mudança de regime de Governo.

Comissão já soma 5.300 propostas

Apesar de prorrogado até a meia-noite do próximo sábado, o prazo de entrega de emendas em plenário, 5.300 já haviam chegado à secretária-geral da Comissão de Sistematização, sendo que destas, três mil foram entregues somente no dia de ontem.

Entre os parlamentares que se destacaram quanto ao número de emendas apresentadas estão: Nilson Gibson (PMDB-PE); Cunha Bueno (PDS-SP); Farabulini Jr (PTB-SP); Mauricio Nasser (PMDB-PR); José Santana (PFL-MG) e a deputada Rita Camata.

Em levantamento preliminar, os capítulos que estão merecendo mais emendas são os que tratam dos Direitos Individuais e dos Direitos Sociais — artigos 6º e 7º respectivamente — e que reúnem maior número de dispositivos no anteprojeto do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM). As disposições transitórias estão sendo bastante emendadas, sobretudo o artigo 6º, que trata da consulta popular a ser realizada em 15 de novembro do ano que vem, para decidir sobre a criação de novos estados brasileiros. A Reforma Agrária, tema polêmico, vem recebendo emendas em todos os artigos que abrangem do 245 ao 254, do anteprojeto.